



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP

COMPANHIA FECHADA

CNPJ N.º 42.515.882/0001-78

NIRE N.º 33300115765

CONSELHO FISCAL

ATA DA 302ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião realizada no dia 31 de outubro de 2025, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Presidência, na Sede da Nuclebrás Equipamentos Pesados – S.A. - NUCLEP, situada na Av. das Américas n.º 3.500, Bloco 01, sala 613, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.

2. PRESENÇA:

Participaram da reunião todos os membros do Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.– NUCLEP, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, sendo todos comunicados e convocados previamente. Participou também da reunião o Conselheiro Suplente, Sr. Waldir Antônio Gervásio, em substituição ao Presidente do Conselho, Sr. Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula, em razão de ausência justificada.

3. MESA:

Conselheiro suplente representante do Ministério de Minas e Energia: **Waldir Antônio Gervásio** (videoconferência)
Conselheira representante do Tesouro Nacional: **Isabel Terra Siebra de Sousa** (presencial)
Conselheira representante do Ministério de Minas e Energia: **Hemeline Lúcia Camata Soares** (videoconferência)
Secretária da Reunião: **Nathalia Horta** (presencial)

4. CONVIDADOS PRESENTES NA SEDE DA NUCLEP:

Auditor Geral: Eduardo Airoldi
Gerente de Inteligência Competitiva: Tatiane Oliveira
Assessora de Integridade: Ana Paula Baltazar

5. ABERTURA:

O Conselheiro suplente do Conselho Fiscal da NUCLEP declarou aberta a 302ª Reunião Ordinária, com o quórum requerido pelos normativos legais, de acordo com as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

6. ORDEM DO DIA:

- I. Fiscalização dos Atos de Gestão
- II. Relatório de acompanhamento das ações estratégicas – 2º trimestre 2025
- III. Relatório de Integridade - 3º trimestre de 2025
- IV. Políticas: Política de Prevenção à Fraude e à Corrupção e Política de Prevenção ao Nepotismo
- V. Sugestões de temas para o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026.

7. DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

I – Fiscalização dos Atos de Gestão – Foram submetidas e apreciadas pelo Colegiado as seguintes atas: 791^a, 792^a e 793^a Reuniões da Diretoria Executiva; 196^a Reunião do Conselho de Administração; e 172^a e 173^a Reuniões do Comitê de Auditoria. Com relação à ata da 196^a Reunião do Conselho de Administração, item I (Aprovação das diretrizes do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT), a Conselheira Isabel Terra enfatizou que, considerando o cenário financeiro atual da Companhia, a deliberação do Conselho de Administração em não aprovar novas concessões de benefícios aos empregados foi pertinente. Destacou, contudo, que considera importante que haja coerência por parte do referido conselho quando deliberarem sobre revisão do reajuste da remuneração dos próprios administradores da empresa, na próxima Assembleia Geral Ordinária. Quanto à ata da 791^a Reunião da Diretoria Executiva, item III (Autorização para participação no Congresso Brasileiro da Abrapp), a Conselheira Isabel Terra questionou a aprovação da participação do então Diretor Administrativo, Sr. Marcello Perillo, e do Gerente de Talento Humano 2, Sr. Eduardo Vidal, no referido Congresso, considerando a suspensão do Plano Anual de Treinamentos – PAT 2025, e a suspensão integral de cursos e treinamentos, deliberada na ata da 793^a Reunião da Diretoria Executiva. Em resposta, a Assessoria de Governança esclareceu que o Sr. Eduardo Vidal é o representante da NUCLEP no Conselho do NUCLEOS (Instituto de Seguridade Social) e que, para o exercício do cargo de Conselheiro, é exigida certificação emitida no âmbito do referido Congresso. A Conselheira Isabel Terra sugeriu, então, que, dada a decisão da Diretoria Executiva de suspender integralmente os cursos e treinamentos, nas próximas atas, as participações em treinamentos realizadas em caráter excepcional sejam devidamente justificadas no texto da respectiva ata. Nas demais atas, não houve manifestações ou apontamentos registrados.

II – Relatório de acompanhamento das ações estratégicas – 2º trimestre 2025 – A Gerente de Inteligência Competitiva, Sra. Tatiane Oliveira, apresentou o relatório de acompanhamento das ações estratégicas, do 2º trimestre de 2025, destacando os seguintes objetivos: (i) Objetivo de Resultado 1 – Estar preparada para as obras estratégicas em caldeiraria pesada; (ii) Objetivo de Resultado 2 – Reduzir a dependência do Tesouro Nacional; (iii) Objetivo de Resultado 3 – Ampliar a participação no mercado; (iv) Objetivo 5 – Consolidar novos negócios nos mercados atuais; (v) Objetivo 15 – Desenvolver competências estratégicas; (vi) Objetivo 16 – Garantir infraestrutura para uso comercial do TUP; (vii) Objetivo 17 – Buscar sustentabilidade econômico-financeira; (viii) contratos vigentes – previsão de faturamento; (ix) evolução backlog; e (x) Comparativo dos últimos três exercícios, abordando a dependência da NUCLEP em relação ao Tesouro Nacional. A Conselheira Isabel Terra questionou a redução da taxa de conversão de orçamentos demandados que foram efetivamente transformados em propostas, indagando se a queda foi calculada com base no Planejamento Estratégico revisado, conforme solicitado na ata da 301^a Reunião do Comitê de Finanças (RCF). A Sra. Tatiane Oliveira confirmou que sim, explicando que a revisão foi realizada ao longo do 1º semestre de 2025. Na sequência, a Conselheira Isabel Terra perguntou se a NUCLEP tem informado ao Ministério de Minas e Energia (MME) sobre a necessidade de um limite de empenho superior ao atualmente liberado, a fim de assegurar o funcionamento regular da Companhia. A Gerente esclareceu que a NUCLEP frequentemente encaminha relatórios ao referido Ministério expondo essas necessidades. A Conselheira Isabel Terra informou que, desde 2021, o MME tem solicitado ao Conselho Monetário Nacional, por meio do Ministério da Fazenda, a separação de valores específicos destinados à Eletronuclear e à ENBPar, no que se refere exclusivamente à implantação da Usina Nuclear de Angra III, dentro dos limites de operações de crédito do setor público. Explicou que o Conselho Monetário Nacional aprova anualmente o limite global dessas operações, porém o montante reservado (que é relevante, se comparado ao montante global anual autorizado) não vem sendo utilizado. Dessa forma, a Conselheira Isabel Terra questionou os Conselheiros representantes do MME se teriam

conhecimento sobre eventual nova solicitação do MME ao Ministério da Fazenda para o exercício de 2026 referente à referida separação orçamentária – já que as atividades na referida usina teriam repercussões na NUCLEP, sendo informada pelos Conselheiros que não dispunham dessa informação no momento.

Em seguida, a Conselheira Isabel Terra disponibilizou o [endereço eletrônico](#) por meio do qual é possível acompanhar, junto ao Banco Central, a descrição e os limites de operações de crédito autorizados pelo CMN. Enfatizou a importância desse acompanhamento, considerando que as decisões nesse âmbito impactam diretamente a NUCLEP, especialmente em razão de seu envolvimento com o projeto Angra III. Não houve outros apontamentos ou questionamentos por parte dos Conselheiros.

III - Relatório de Integridade - 3º trimestre de 2025 – Em cumprimento a pauta, o Conselho reuniu-se com a Assessora de Integridade, Sr.ª Ana Paula Ferreira, que apresentou o Relatório Trimestral de Integridade, referente ao 3º trimestre de 2025, abordando os seguintes tópicos: (i) ações realizadas; (ii) campanhas de integridade; (iii) atividades contínuas; e (iv) planejamento da Assessoria de Integridade para o 4º trimestre de 2025. Sem observações pelos Conselheiros.

IV – Políticas - Ato contínuo, a Assessora de Integridade, Sra. Ana Paula Ferreira, apresentou a Política de Prevenção à Fraude e à Corrupção e a Política de Prevenção ao Nepotismo, destacando os seguintes itens: (i) objetivos e princípios; (ii) práticas vedadas; (iii) canal de denúncias; (iv) penalidades e sanções; (v) responsabilidades; (vi) mecanismos e diretrizes; (vii) plano estratégico de atuação da Assessoria de Integridade; e (viii) priorização. Sem apontamentos ou questionamentos por parte dos Conselheiros.

V – Sugestões de temas para o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026 – O Auditor Geral, Sr. Eduardo Airoldi, apresentou o levantamento dos possíveis serviços a serem incluídos no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026, conforme descrito a seguir: (i) Diretoria Administrativa – Elaboração do Parecer das Demonstrações Contábeis com periodicidade trimestral, aproveitando-se os resultados no Parecer de Contas Anual; e Auditoria de Avaliação da Adesão da NUCLEP ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); (ii) Diretoria Comercial – Auditoria de Avaliação dos Mecanismos de Mitigação de Riscos em propostas comerciais em que a NUCLEP atue como fornecedora; e Auditoria de Avaliação do Gerenciamento de Projetos em obras executadas pela Companhia; (iii) Diretoria Industrial – Auditoria de Avaliação do Dimensionamento da Mão de Obra Fabril frente às demandas contratuais e à utilização do parque industrial; e Auditoria de Avaliação da Gestão de Ativos do Parque Industrial; e (iv) Obrigações Normativas – Parecer da RVA, Partes Relacionadas e Auditoria do NUCLEOS. Ato contínuo, foi concedida a palavra aos Conselheiros para apresentação de sugestões ao referido Plano. A Conselheira Isabel Terra questionou a viabilidade da realização de auditorias trimestrais sobre as demonstrações contábeis, em substituição à periodicidade anual, indagando se a equipe de auditoria teria capacidade operacional para atender a essa nova demanda e se a alteração traria benefícios concretos à Companhia. O Auditor Geral respondeu que a mudança implicará impacto gerenciável sobre sua equipe, sendo designado um funcionário para atuar exclusivamente na análise trimestral das demonstrações contábeis, sem comprometimento integral de sua carga de trabalho, já que a função será intercalada com a avaliação do Plano de Contas. Esclareceu, ainda, que o principal benefício da alteração será proporcionar maior tempo para análise das contas relevantes, permitindo confrontar os resultados com os contratos firmados em cada trimestre. Destacou também que a medida possibilitará acompanhar, em tempo hábil, se as contratações da área de Compras estão sendo corretamente empenhadas no sistema ERP (Benner) e apropriadas junto à Contabilidade. Complementou que, ao final de cada exercício, a Auditoria deve emitir o Parecer de Contas, o qual consiste na conferência da conformidade entre os registros contábeis e os lançamentos do sistema, garantindo a fidedignidade dos números apresentados à Auditoria Externa. A

Conselheira Isabel Terra indagou se a auditoria em andamento na área contábil impactará as demonstrações financeiras, sendo informado pelo Auditor-Geral que sim, e que os principais reflexos deverão ocorrer no aprimoramento do controle de matérias-primas e peças em estoque. Na sequência, a Conselheira Isabel Terra sugeriu que seja inserido, no escopo do plano de auditoria relacionado à Diretoria Industrial, considerando o que foi apontado no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), um mapeamento da utilização da mão de obra do parque industrial em projetos não relacionados ao propósito principal da NUCLEP, com o objetivo de quantificar a alocação de mão de obra em cada serviço prestado, seja nas atividades-fim da companhia, seja em atividades acessórias, que foram incorporadas à companhia devido à necessidade de geração de receita. Por fim, a Conselheira Isabel Terra questionou se o tema “apropriação de custos”, também mencionado no referido relatório do TCU, está contemplado entre os tópicos da Diretoria Administrativa, sendo esclarecido pelo Auditor Geral que o assunto será acompanhado na forma de monitoramento das atividades do setor. Não houve outros apontamentos ou questionamentos por parte dos Conselheiros.

Finalizadas as deliberações, restou acordado que a próxima reunião - 303ª RCF - será realizada em **24/11/2025**, às 14:00h.

Nada mais havendo a ser tratado para esta data, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinadas.

Waldir Antônio Gervásio
Conselheiro Suplente

Hemeline Lúcia C. Soares
Conselheira

Isabel Terra Siebra de Sousa
Conselheira

Nathalia Horta
Líder de Equipe de Desenvolvimento da Governança
Secretaria da Reunião

Esta é a última página da Ata da 302ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da NUCLEP.